

**LOURENÇO WESTIN (1787-1846 )**  
**PRIMEIRO CÔNSUL DA SUÉCIA NO BRASIL**

*Nilson Lemes da Silva*

**Resumo:** *Biografia de Lourenço Westin (1787-1846), primeiro cônsul da Suécia no Brasil.*

**Abstract:** *Biography of Lourenço Westin (1787-1846), Sweden's first consul in Brazil.*

Documento extraído do Livro: **“SUECOS NO BRASIL”**.

Autor: **João Gualberto de Oliveira** - (*Secretário Geral do Centro Cultural Brasil-Suécia*)

Publicação do Livro: 1952 (S.Paulo-SP).

\* (Este livro foi Composto e Impresso nas oficinas da Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais Ltda. - Rua Conde de Sarzedas, n. 38 - S.Paulo,SP, em julho de 1952).

**(Lourenço Westin)** - (Páginas - 239 até 266):-

Em nossos trabalhos temos sempre lembrado os nomes de diversos suecos que aportaram às terras de Santa Cruz, em recuadas eras, aqui viveram, trabalharam, prosperaram e contribuíram para o engrandecimento do Brasil.

Cabe-nos agora, no limiar dos modestos estudos biográficos que empreendemos, tratar mais detidamente da principal figura de nórdico, entre os que para aqui vieram, ou seja a de LOURENÇO WESTIN, primeiro cônsul sueco no Brasil, que tendo visto a luz na Península Escandinava, viveu longos anos em nosso meio, prestando à nação brasileira os mais assinalados serviços.

Com efeito, Lourenço Westin, exercia o cargo de Cônsul Geral Sueco-Norueguês em Lisboa no alvorecer do século passado, quando conheceu ali José Bonifácio de Andrada e Silva, Diogo Antônio Feijó, Felipe Nery de Carvalho e outros próceres brasileiros, representantes do Brasil nas Cortes da Metrópole Portuguesa.

Os que sobre ele escreveram, pintam-no como cavalheiro amável, inteligente, conhecedor de diversas línguas e que, a serviço do rei da Suécia, já havia visitado alguns países europeus, assim como a China, do outro lado do mundo.

Foi talvez em virtude das suas ligações com tão ilustres brasileiros, empenhados na emancipação política de sua pátria, que Lourenço Westin se sentiu atraído por este longínquo rincão da América, tão afastado e tão diferente da terra escandinava. O fato é que um dia, cumprindo ordens de Estocolmo, embarcou para o Rio de Janeiro, aonde vinha ocupar o cargo de cônsul geral e encarregado de negócios da Suécia, no qual sempre se aveio como embaixador da amizade da coroa sueca ( ao tempo compreendia também a da Noruega) junto à monarquia brasileira. Nesse posto, pôde ele, dada a sua grande capacidade cultural e política, prestar à nossa terra, relevantes serviços, servindo à causa da monarquia e da nacionalidade, às quais durante tantos anos rendeu os mais marcantes benefícios.

E aquele tempo era bem diferente do nosso de hoje. País imenso, escassamente povoado, todos que os que nele aportavam eram logo absorvidos e assimilados pelo meio ambiente. E foi assim que tivemos estrangeiros ilustres em todos os setores da administração, da representação parlamentar e até na carreira das armas. Para sermos exatos e verazes, devemos mesmo consignar aqui que a Coroa jamais teve motivos para arrepender-se desse seu liberalismo acolhedor. Mercê dele, Lourenço Westin, com instruções especiais do Príncipe, viajou para diversos pontos do País em missão diplomática e política. Duas vezes dirigiu-se ao Rio Grande do Sul, por volta de 1835, onde se avistou com os chefes da guerra dos Farrapos, entre eles com Antônio de Souza Neto (que viria a ser logo depois, o proclamador da República de Piratini) na ânsia, sem êxito, de estabelecer uma pacificação que só mais tarde se lograria, após correr muito sangue nas coxilhas.

De outra feita, Sua Alteza o encarregou de uma viagem a Pernambuco, em missão reservada, durante os acontecimentos verificados na cidade de Olinda. Nessa província do Norte, com o intuito de acalmar os ânimos dos católicos, que se tinham voltado com a monarquia, o representante sueco a serviço do Brasil conferenciou com Dom Tomás de Noronha, bispo de Olinda, da Ordem de São Domingos. Dessa entrevista, ficou-nos um pormenor curioso: o

cônsul e o frade, por motivos particulares, puseram de parte a língua da terra e as outras que certamente conheciam, para se entenderem em latim.

Ao regressar ao Brasil, depois de trinta e seis anos de ausência, José Bonifácio de Andrada e Silva trazia já formada a intenção de recolher-se ao seu sítio dos leiteirinhos, na cidade de Santos, para nesse recanto de paz e meditação, por em ordem os seis mil volumes da sua biblioteca, e a bela coleção mineralógica que pacientemente organizara não só em Portugal, como nos outros países que visitara. Mas como, em verdade, não era ele, por índole, homem capaz de isolar-se no sossego daquela vida, a que pensava poder destinar-se a política, em plena eferescência na época, acabou logo, irresistivelmente, por arrastá-lo de novo à liça.

Como vimos em outro passo desta memória, José Bonifácio se fizera amigo de Lourenço Westin desde os tempos de Lisboa. Porisso, naturalmente, o cônsul sueco se arvorou logo numa espécie de mediador entre ele e o Príncipe para desfazer certas incompatibilidades existentes entre ambos. Quando Lourenço Westin regressava das missões particulares das quais o último o incumbia, dava ele sempre conta do resultado das mesmas a seus velhos amigos; não só a José Bonifácio, mas também ao Padre Feijó, a Gonçalves Ledo, a Nery e a Suplicy. Deu-se isso muitas vezes, particularmente quando Westin regressou de Pernambuco, ocasião em que teve oportunidade de enaltecer os bons sentimentos do bispo de Olinda. Só depois dessas confabulações íntimas com os seus camaradas é que se avistava com sua Majestade, que aliás muito se alegrava com as suas boas novas.

Numa dessas visitas, o Príncipe reinante manifestou a Westin o seu desgosto diante da precária situação financeira em que se debatia o tesouro imperial. O representante sueco, ouvindo isto, voltou-se para as pessoas que o rodeavam e perguntou-lhes por que motivo não corriam em auxílio do País. Relatam as crônicas que nesse momento Joaquim Gonçalves Ledo apresentou-lhe papel e lápis como a dizer-lhe meta mãos à obra, que nós o acompanharemos! A resposta de **Lourenço Westin** ficou na história política do Brasil. Suas palavras foram estas: *“Lápis, não; traga-me caneta e tinta...”*

Ato contínuo, o sueco abriu a lista das contribuições com a quantia de dezoito contos de réis, em ouro. Acompanhou-o Feijó, que subscreveu doze contos, e Suplicy, dez contos. Quanto a Nery, não se sabe qual foi a sua quota. Obtidos esses avultados donativos, outros os sucederam, menores, mas em grande número. Westin combinou com os presentes que todos iriam buscar o dinheiro em seus depósitos e o levariam à sala das reuniões, no dia seguinte, para entregá-lo ao Príncipe, pessoalmente. E assim se fez.

Recebidos todos por sua Alteza, este indagou de Lourenço Westin se se tratava de um empréstimo oficial à Coroa, ou de um presente. A tais palavras, o cônsul respondeu que a oferta não constituía empréstimo, mas uma dádiva sua e de seus amigos, que alí se encontravam reunidos, a sua Majestade, com o fim de auxiliar o erário público e assim contribuir para o engrandecimento do Brasil. Em virtude dessa resposta singela, a lista de subscritores foi destruída, para que da mesma não ficasse vestígio.

Mostrou-se o Príncipe sensibilizado com a demonstração de amizade que assim lhe efeitava. E sabedor de que Lourenço Westin tivera a iniciativa e encabeçava o movimento em prol das finanças nacionais, fêz-lhe diversas propostas de recompensa, todas “in limine” recusadas, pois o sueco dizia que, como recompensa de seus trabalhos nada mais desejava que a felicidade do povo brasileiro.

Diante do firme propósito de Lourenço Westin, o Príncipe respondeu-lhe: “Terás uma lembrança minha”. E segundo rezam as crônicas, o escrínio, com as iniciais “L.W.”, que se vê dentro do carro de bois que aparece no quadro histórico da Independência, é precisamente a lembrança oferecida por Sua Alteza.

Lourenço Westin era dotado de grande coração, em que até mesmo a tolerância religiosa cabia. Apesar de protestante convicto e militante era, contudo bom amigo do nosso clero católico, a ponto de, com sua amizade pessoal, conseguir que sua Alteza elevasse a prebenda anual destinada à Cúria Metropolitana de duzentos para quinhentos mil réis.

Sobre Westin há muito o que respigar. A sua obra, por assim dizer, de cordialidade, já vinha de muito antes, isto é, datava de sua chegada às terras do Brasil. A propósito, podemos lembrar um episódio ocorrido nos dias tormentosos da Independência.

Ei-lo:

Joaquim Gonçalves Ledo, propagandista extremado da nossa emancipação política, líder da chamada “facção ultraliberal” e quse republicana, senão mesmo abertamente republicana, desejava segundo Oliveira Lima, evitar a Monarquia após a Independência, fazendo desde logo do Brasil uma República como as outras nações que se iam emancipando na América. Para tanto, apoiava-se ele no “Grande Oriente”, que era a força maçônica do Brasil. De outro lado, e contra essa doutrina, estava José Bonifácio de Andrada e Silva. Em oposição às tendências republicanas da época, fundara ele o “Apostolado”. E entre o inquieto reformador e o conservador fundamentalmente monárquico surgiu e se desenvolveu acirrada animosidade.

Na qualidade de Primeiro Ministro, José Bonifácio mandara “instaurar processo contra Domingos Alves Branco, Rocha Pinto, Alves de Azevedo, Tinco, Gouveia, Valério Tavares, Lisboa, Costa Barros, Lopes, Gonçalves Ledo, Nóbrega, Jose Clemente Pereira e os padres Januário e Lessa, todos simpatizantes com os acontecimentos de 30 de outubro de 1822, que irei contando, como escreve o historiador Melo Moraes.

E continua:

“Os desejos de vingança pela sede de mando eram extraordinários e como Ledo era o maior inimigo e êmulo de José Bonifácio, almejava este capturá-lo para novamente processá-lo; e Ledo, não ignorando as diligências que se faziam para o prender, ocultou-se em diversas partes, até que, em uma noite...”

Deixemos, porém, o documento na sua aridez tabelioa e procuremos descrever a cena como possivelmente ela se verificou. Gonçalves Ledo arranjou meios de pintar de preto o rosto, o peito e os braços, vestiu-se de mulher, pôs um balaio de roupa na cabeça e acompanhado por amigos, que o seguiam a distância, um aqui, outro além, na esquina e encaminhou-se para o cais Pharoux, tomou uma falua e atravessou a baía de Guanabara com destino a Niterói, sempre naquela fantasia de negra de ganho, sem que ninguém o suspeitasse, indo homiziar-se na fazenda de São Gonçalo, de propriedade do seu amigo Belarmino, mais tarde Barão de São Gonçalo.

Nessa fazenda, Gonçalves Ledo esteve acoitado durante algum tempo, e de lá só conseguiu sair com a ajuda e proteção de Lourenço Westin que, como Cônsul da Suécia que era, lhe facilitou o embarque clandestino em um navio dessa nação, surto na baía do Rio de Janeiro e prestes a sair com destino ao Sul. E assim, graças à amistosa intervenção de Lourenço Westin, o ilustre republicano da Independência conseguiu fugir para Buenos Aires, onde permaneceu muito tempo até que a força política dos Andradas declinou e se desfez com a dissolução da Constituinte, em 12 de novembro de 1823, sendo o Patriarca deportado nesse mesmo mês para a Europa, em virtude de acórdão do Conselho de Estado.

Através desse episódio pitoresco, que colhemos na história agitada dos anos da Independência, podemos apreciar mais uma faceta do caráter impoluto do preclaro sueco que, vindo para o Brasil, aqui se devotou de corpo e alma a serviço da incipiente nação. E não se limitou a tirar dinheiro do seu bolso, para melhorar a situação do erário público; não se contentou em fazer longas e penosas viagens a fim de levar a palavra de paz mandada pelo Príncipe Regente. Foi mais longe. Pôs em risco sua reputação, tomando parte em fugas de criminosos políticos - não porque isso estivesse de acordo com suas ideias, mas

para que esses brasileiros idealistas nada sofressem das forças conservadoras que contra eles, agressivamente, se erguiam. Será difícil encontrar em nossa história miotos varões cujos sentimentos generosos fossem tão grandes e cuja inteligência fosse tão esclarecida como a de Lourenço Westin, o alienígena que foi um dos maiores amigos do Brasil, quando o Brasil amanhecia para o mundo.

Todavia, ainda não dissemos uma palavra sequer sobre a atuação desse assombroso Lourenço Westin, antes das suas relações de amizade com José Bonifácio de Andrada e Silva e, bem assim, logo após sua chegada ao Brasil, o que vamos fazer agora, na medida das nossas possibilidades.

O bisavô de Lourenço Westin chamava-se “Jan Jansson Bränare”, que depois de haver servido nas tropas comandadas por Carlos XII, fixou residência na cidade de Wästerås, na província sueca de Westmaland, onde faleceu em 1.774. Casado teve um filho, o circunspecto Johan Westin (1722 - 1786), que na sua maturidade devia alcançar o honroso lugar de presidente da Sociedade de Curtidores de Couro, Capitão da Guarda-Nacional e Deputado à Câmara nos anos 1765, 1771, 1778 e 1786. Jan Jansson Bränare, desejando criar um sobrenome mais interessante para o filho, fê-lo tomando a designação da cidade em que residia, chamada Wästerås, cortou letras, acrescentou letras, e, sem fazer propriamente um anagrama, compôs para ele o nome de Westin. E o rapaz passou a chamar-se João Westin.

Esse João Westin, em chegando à idade própria, casou-se com D<sup>a</sup>. Marta Brita Santag, de cujo consórcio nasceu Johan Jansson Sênior (1751 - 1828), que também foi Presidente da Sociedade dos Curtidores de Couros, tal qual seu avô. Como ele, foi igualmente deputado à Câmara Geral, exercendo o mandato nos anos de 1.789, 1.792, 1.800, 1.810, 1.812, 1.815, 1.818 e 1.823. E, dado não lhe faltarem os dons da palavra, alcançou também as glórias de “orador oficial” nos anos de 1.810, 1.818 e 1.823.

Johan Joansson Sênior casou-se com D<sup>a</sup> Elizabeth Norling, havendo o casal apenas um filho em 1.787, a que deu o nome de LOURENÇO, e que veio a ter brilhante e dinâmica personalidade, cuja expressiva e simpática biografia estamos tentando esboçar. O filho, neto e bisneto daqueles abastados burgueses de Wästerås, adotou o nome do avô, tornando-se para todos os efeitos, **Lourenço Westin**, tal como o Brasil deveria conhecê-lo e admirá-lo mais tarde.

LOURENÇO WESTIN casou-se com D<sup>a</sup> Cristina Beata Chenon, de nobre família oriunda da França, de cujo consórcio lhes nascera um filho, no Rio de Janeiro, em 9 de setembro de 1.833, sendo-lhe dado o nome de Lourenço Diogo Felipe Westin. Esse primogênito seguiu um dia para São João da Boa Vista, na Província de São Paulo, e a 22 de maio de 1.854 aí se casou com D<sup>a</sup> Maria Amélia de Oliveira Westin, de tradicional família local. Lourenço Diogo,

filho de Lourenço Westin, fora levado à pia batismal pelas figuras de maior relevo na Côrte de São Cristóvão, entre outras pelo senador Diogo Antônio Feijó e por Felipe Nery de Carvalho, grandes amigos que foram do primeiro cônsul sueco no Brasil. Daí o comprido nome que usou durante a vida.

Logo após o nascimento do filho, Lourenço Westin mandou-o para a Suécia, em companhia de sua mãe. A doce Cristina e o menino Lourenço Diogo lá permaneceram muito tempo, e Lourenço Westin, que aqui ficara, dois anos depois, em 19 de agosto de 1.835, cheio de saudades de ambos, enviou-lhes um seu retrato em cujo verso se lia o sexteto seguinte, escrito em língua sueca, e que eu vou esforçar-me para traduzir em português: “Desta longínqua e meridional plaga, eis intruso hóspede que se apresenta. Ele, que na terra fluminense afaga longas saudades que a distância alenta, ver no regaço da mãezinha amada, seu ídolo do mesmo nome intenta”.

Havia pouco tempo que o Brasil se libertara da Metrópole, tornando-se independente, mas cumpria-lhe, então, organizar sua vida jurídica, elaborar seus códigos. Primeiro, e por todas as razões, o político. Com a carta de lei de 25 de março de 1.824, veio a Constituição do Império do Brasil, que estabelecia, no art. 179, nº 18, fossem decretados, quanto antes, os Códigos Civil e Criminal, fundados nas sólidas bases da justiça e da equidade. Do Comercial, porém, não se cogitou. No entanto, êste se tornou de tal modo imperativo para o recém-nato e promitente país que, em 1.831, por iniciativa de José da Costa Carvalho, Marquês de Monte Alegre, deputado por São Paulo e terceiro diretor dos Cursos Jurídicos, a Regência Permanente, de que êle fazia parte, tratou de elaborar um anteprojeto do Código Comercial. Coube a Lino Coutinho, a esse tempo Ministro da Justiça, nomear a Comissão Especial encarregada dessa tarefa, Comissão que ficou constituída por José Antonio Lisboa, Inácio Ratton, Lourenço Westin e Guilherme Midosi, sob a presidência de Antônio Paulino de Abreu, Visconde de Abaeté, logo depois substituído, na Chefia da Comissão, por José Clemente Pereira.

Só em 1.834, porém é que fica ultimado o esboço de projeto, dividido em três partes, a saber: “Das pessoas do Comércio”, “Dos contratos e obrigações” e do “Comércio Marítimo e das Quebras”.

Para bem avaliar o mérito dessa obra, cumpre salientar que o preparo do Código Comercial Brasileiro, nos meados do século passado, não representou simples obra de gabinete, como muita gente poderá pensar. Ainda havia antagonismo a vencer e nações que, pela força, se atribuíam o domínio dos mares. O trabalho da Comissão Especial, nomeada, como dissemos, por Lino Coutinho, foi grande e exaustivo. A respeito existe farta documentação. Para nossa tese, entretanto, pela sua própria índole biográfica, vamos fiscalizar

somente a participação que **Lourenço Westin** teve nela. Êste inteligente sueco escreveu e deu à estampa em 1.838, no Rio de Janeiro, na edição da “Associação do Despertador”, dirigida por J. M. da Rocha Cabral, um trabalho intitulado: **“Parte Marítima do Projeto do Código Comercial do Império do Brasil”**. Tal contribuição, que ele dedicou ao espírito culto do Marquês de Monte Alegre, ex-Regente do Império, Grã-Cruz da Imperial Ordem do Cruzeiro e Deputado à Assembleia Geral Legislativa, foi logo aceita e mais tarde introduzida no Código. No ano seguinte, fez ele uma crítica ao projeto do referido Código, em trabalho impresso e distribuído entre seus pares a fim de receber sugestões. Era um opúsculo e tinha o título de “Erros ou Omissões Observadas no Projeto do Código Comercial” (impresso por Seignot Plancher & Cia.).

Do contingente com que Lourenço Westin participou desse nosso Código, que em 25 de junho de 1.950 completou o primeiro centenário de sua promulgação, podemos dizer que na feitura desse documento, de suma importância para o jovem país, fala bem alto o fato de ter o corpo de legisladores brasileiros contado sempre com o precioso auxílio de Lourenço Westin, primeiro cônsul geral da Suécia e da Noruega e encarregado de negócios desses países no Brasil. Nomeado para o cargo de membro da Comissão Marítima do referido código, o ilustre sueco dedicou-se, com todo o afã a realização da tarefa que lhe coube e dela, se poderá ver no Código ainda vigente, desincumbiu-se com inextinguível brilho.

Esse Código, de início, chamou-se “Código Comercial do Império do Brasil”. Mais tarde, com o advento da República e após pequenas modificações no texto e algumas novas disposições que a vida marítima moderna impôs, esse diploma legal passou a chamar-se, como ainda se chama em nossos dias, “Código Comercial Brasileiro”.

Voltando, porém, aos seus pródromos, é oportuno lembrar que no Brasil, pelo menos, nunca se falou, nunca se escreveu tanto sobre o mar como nesse período de gestação do Código Comercial. Os comentadores acentuavam, já nesse tempo, que a liberdade é o grande postulado do comércio marítimo, visto que do mar a ninguém é lícito assenhorar-se, por ser ele causa comum, cujo inexaurível uso, entretanto, deve obedecer a certas normas. E vinham as copiosas e eruditas citações: “Cousa admirável - Exclama Cresp em seu trabalho “Cours de Droit Maritime” - o mar, aquilo que deveria separar os homens, as regiões, tornou-se o meio mais ativo, pronto, fácil e econômico de comunicação e de permuta para o gênero humano”.

Longe, pois, de distanciar os homens, como pensava Horácio, em suas “Odes”, o mar, tal qual um caminho que se move e por si mesmo se repara,



segundo Bentham, os uniu. Ele é, acrescenta o mesmo Bentham, a mais límpida afirmação da vida coletiva dos povos.

A discussão sobre a matéria encheu as colunas da imprensa daqueles dias. Felizmente, porém, todo esse aluvião de palavras chegou até aos nossos dias com um interesse já bem restrito e amortecido. Graças aos tratadistas, e não raro à intervenção de alguma forma material, a liberdade dos mares está hoje consagrada e pacificamente aceita por todos os povos, erigindo-se em princípio básico do mundo em que ora vivemos.

Essa liberdade, todavia, não é absoluta. Sofre suas restrições. Se em alto mar não há soberania constituída e, portanto, não há cerceamentos provenientes de qualquer jurisdição, cumpre contudo reconhecer certas limitações que, na paz e na guerra, circunscreveram um pouco essa franquia.

Em 1.850 os primeiros vapores de roda começavam a sulcar os mares; os legisladores brasileiros tiveram de pensar nessa nossa situação que acabava de ser criada...

Foi, pois, nesse cenário jurídico e político que fez a sua aparição entre nós a figura empolgante de **Lourenço Westin**, sueco de nascimento mas brasileiro de coração, que muito contribuiu para que tivéssemos normas assentes nesse importante ramo do Direito Internacional, consubstanciadas no Código Comercial e Marítimo do Império do Brasil.

Logo depois, sentindo-se muito doente, ao cabo de tantos esforços e inquietações, **Lourenço Westin**, solicitou reiteradamente ao governo sueco a sua substituição no posto que exercia na Corte Brasileira. De uma feita foi atendido e então, por volta de 1.840, escolheu as montanhas próximas a Poços de Caldas para nelas se fixar, pois aquele clima amenizava os seus sofrimentos, causados por atrofia do coração. Adquiriu, para isso, uma fazenda, a qual deu o nome de “Jardim”.

Provavelmente foi Lourenço Westin quem fez a escolha da **Vila de Caldas**, hoje Parreiras (**atual Caldas-MG**), para nela estabelecer-se o seu douto compatriota **ANDRÉ FREDERIK REGNELL**, o grande botânico que chegou ao Brasil em 1.840 e que tantos serviços prestou à ciência. Se tem visos de verdade esta suposição, fica excluída a idéia do “espírito de aventura” do cientista enfermo, ou mesmo “a vaga indicação de um vago patricio” que o levaram a “atravessar o Equador e dirigir-se para **Caldas**”.

**Lourenço Westin**, como estamos vendo, não era absolutamente “um vago patricio”, como ficou dito nas crônicas referentes à época, mas talvez, em importância e projeção, o primeiro sueco da América do Sul. Basta lembrar que foi ele o primeiro Consul Geral do Reino Unido da Suécia e Noruega na Corte

do Rio de Janeiro. Como não houvesse ministro desses reinos no Brasil, era o consulado de Westin sua verdadeira legação. E ele aliás como tal sempre procedeu. Culto e zeloso dos interesses de sua pátria, muito fez pelos países escandinavos na América do Sul, principalmente no Brasil.

**Lourenço Westin**, foi grande amigo do Padre Diogo Antonio Feijó. Certa vez sabendo-o doente e talvez no fim de seus dias, veio até a cidade de Sorocaba, na Província de São Paulo, e com ele temoradas confabulações. Conhecendo-lhe a fé religiosa, embora diferente da sua, achou jeito de ouvi-lo até sobre esse delicado ponto.

- Após sua morte, deseja V.Exa. missa de 7º dia? - Perguntou-lhe Westin, por ocasião de sua visita.

- Mas, como? A política dominante é contrária a isso. A chave da Igreja está com ela! - respondeu tristemente o padre senador.

- Pois que Deus tal não permita. Entretanto, se V.Exa. vier a falecer, eu lhe prometo essa missa...

Finda a visita, Lourenço Westin regressou à sua Fazenda, nas cercanias de Machado, na Província de Minas Gerais, e poucos dias depois de sua chegada recebeu a notícia da morte do Padre Diogo Antonio Feijó. Então, cumprindo sua palavra, mandou celebrar missa na **igreja matriz de Caldas**, por intenção da alma de seu grande amigo. Contra a expectativa geral, até do próprio Westin, os membros dos dois Partidos Políticos, embora em luta aberta, compareceram em peso ao ato religioso. Em com eles toda a população de Caldas e arredores. Nunca se vira missa mais concorrida na matriz de Caldas.

A seguir, Lourenço Westin partiu para a Capital de São Paulo a fim de assistir às cerimônias fúnebres e às manifestações de pesar pelo desaparecimento do ex-regente Feijó. Aqui chegando, o generoso sueco ordenou, por sua própria conta o embalsamento do coração do grande morto. Depois, acomodou-o dignamente e envolveu-o numa faixa em que se lia: “Não pulsa mais. Pelejou uma boa peleja e muitas outras”.

Conta-se que Lourenço Westin sempre repetia essas palavras às pessoas de sua família, em particular a seu filho Lourenço Diogo Felipe, que residiu por muitos anos em São João da Boa Vista, para que elas ficasse gravadas na memória e assim, pudessem ser transmitidas oralmente de geração para geração.

Agora, em rápida digressão sobre a vida admirável que foi a de Westin, tomemos por um atalho que, por ser o da Arte, nos parece mais ameno e suave. Na igreja Matriz de Caldas, a mesma onde Westin fez celebrar missa por intenção da alma do Padre Diogo Antonio Feijó, existe uma tela de grande porte,

representando a “Anunciação”. É um belo e majestoso quadro, no consenso geral de todos os que já tiveram a felicidade de admirá-lo. Embora mal conservada, e, pior ainda, mal retocada, a obra se impõe à admiração não só da gente da terra, como também dos turistas, que procuraram vê-la assim que ali chegam, pois é, de fato, uma das maiores curiosidades do lugar.

Não há informação segura sobre quem a teria levado à remota Caldas, nem de como hoje se encontra na sacristia da matriz local. Os nomes de Regnell e de Westin, principalmente deste último, acodem sempre a mente, como sendo os dos mais prováveis doadores da tela àquela cidade de Minas Gerais. Chega-se mesmo a atribuir tal quadro ao pincel mágico de Murilo. Muitos são os que participam dessa crença. Visitantes versados na arte pictórica, costumam ser ouvidos a tal respeito, sendo conhecidos diversos pareceres. O Dr. Carlos da Silva Araújo, por exemplo, que é cientista e membro da Academia Carioca de Letras e do Instituto Brasileiro da História da Arte, assim se manifestou: “A identificação da autoria de tela de Murilo ou de qualquer outro dos grandes mestres antigos é problema que desafia argúcia e conhecimentos dos melhores peritos e deixa quase sempre subsistirem dúvidas. Em relação a essa tela, entretanto, parece que nem mesmo a leigos que já tenham observado as “Madonas” do excelso mestre sevilhano possam ocorrer hesitações. Nada, na “Anunciação de Caldas”, lembra o piedoso idealismo de suas “Virgens”, nem as feições da “Madona”, ou do anjo, nem o seu colorido, bem mais vivo. Há, de fato, na feições, na nuance da pele, na cor dos cabelos meio ruivos, motivos sérios para se preferir a suposição de autor nórdico. Flamengo? Sueco? Hipótese razoável, como razoável também é a de que Westin ou Regnell foram os seus doadores, embora ambos - vale a pena observá-lo - tivessem sido protestantes luteranos. E a ter sido um deles o portador da tela para o Brasil e para Caldas, prefiro admitir que tenha sido o cônsul, homem de posses, de cultura e vida social intensa na metrópole brasileira, uma vez que o outro, o médico, para aqui veio doente, jovem e pobre. Alicerça esta suposição o fato de o Dr. Barros Cobra, testamenteiro, em vida, de Regnell, haver lhe sugerido um legado “post-mortem” à igreja matriz caldense, e o mesmo haver se recusado a acatar tal lembrança, recordando sua religiosidade diferente.

Em conclusão, tudo leva a crer tenha sido mesmo Fredrik Westin (1782-1862), irmão mais velho de Lourenço Westin, por parte de pai, o verdadeiro autor da tela que tem sido objeto de estudos e polêmicas. Segundo uma enciclopédia sueca, Fredrik Westin era pintor de envergadura, tendo produzido diversas alegorias, entre as quais se destacam: “As horas do Dia”; “As Quatro Estações do Ano”; e, “Flora Coroando o Busto Linná”, assim como as composições históricas e religiosas tais como: “A Sagrada Família”; “Transfiguração de Cristo” e “Enterro de Cristo”. Poderíamos citar ainda outras

obras de Fredrik Westin, como “Grupo da Família Bernadotte” ou “Retratos de “Carlos XIV”, “Johan a Cavallo” e “Magnus Brahe”. Diz ainda a fonte onde fomos colher êsses informes que Fredrik Westin “foi muito admirado pelos seus contemporâneos, os quais chegaram até a compará-lo a Rafael, mas uma crítica posterior o considerou medíocre para ser posto em confronto com esse celebre mestre”.

Retornemos, porém, à figura sempre exemplar de Lourenço Westin, nos anos que se seguiram. Internando-se no País e fixando-se como fazendeiro nas localidades de São João da Boa Vista e de Machado, pouco distante da Vila de Caldas, deixou o seu nome honrado e brilhante entrelaçado aos de famílias paulistas e mineiras localizadas em várias zonas e proximidades de suas antigas fazendas.

Já foi, por vezes, aventada a hipótese de que a transformação do cônsul em fazendeiro tivesse decorrido de sua ingerência na política agitada e cheia de competições dos primeiros tempos do Brasil autônomo, e conseqüente desagrado dos que estavam no poder, ao lado do exuberante Pedro I. Nada, porém, de positivo a esse respeito se nos deparou nos velhos papéis que consultamos.

Em 1842, pouco mais ou menos, um certo Luis Alves, conhecido pelas façanhas que dele se contavam, chegou a Caldas com a sua famosa carreta, a fim de prender algumas pessoas envolvidas nas lutas políticas daquele ano e que tiveram o seu influxo no vilarejo mineiro. Na lista de Luis Alves figurava o nome de Lourenço Westin. Este não fugiu, não se escondeu, não arredou o pé da fazenda. No entanto, achou jeito de avisar as outras pessoas da violência iminente que as ameaçava. Pode-se mesmo acrescentar que Luís Alves foi muito bem recebido na Fazenda Jardim quando lá foi ter. O seu proprietário providenciou sobre uns consertos da carreta, mandou servir boa e farta alimentação aos presos que ela transportava e, quando chegou o momento da partida, incorporou-se, por sí mesmo, à melancólica comitiva.

Logo depois, foi libertado e voltou aos seus penates. Durante cerca de quatro anos dedicou-se aos trabalhos da Fazenda Jardim, até que a 1º de Julho de 1.846, veio a falecer cercado pelos seus e pelo carinho de todos os que o conheciam. Antes, todavia, de fechar os olhos para a vida, recomendou a seu filho, na ocasião ainda menor, “que nunca comprasse nem vendesse escravos, assim como não estudasse para advogado”. Determinou também que desejava ser enterrado na própria fazenda, o que foi feito, pois esse era o costume muito arraigado na época, visto que ainda não havia cemitérios públicos e, certamente, o luterano não desejava ser enterrado no chão de uma igreja católica.

Orando à beira do seu túmulo florido, recanto da Fazenda Jardim, por ocasião do sepultamento do primeiro cônsul da Suécia no Brasil, o seu patrício J.

F. Widgren, proferiu palavras memoráveis: “Este sueco era doutor em filosofia e sacerdote luterano. Em Caldas, viveu anos como hóspede e colaborador do cientista Regnell, trabalhando na organização dos seus herbários. A oração fúnebre que proferiu em língua sueca foi traduzida para o português por Cristóvão Frederico Jacobson, professor de ciências e línguas. Da mesma destacamos alguns conceitos:-

“Nelas (as façanhas) viverá, pois enquanto os anais do comércio sueco conservarem a memória do dia em que a bandeira da Suécia pela primeira vez tremulou na baía do Rio de Janeiro, igualmente lembrado será o homem sob cuja imediata proteção esse comércio foi colocado e também sabiamente orientado durante perto de um quarto de século, com real proveito para este porto, cujo movimento aumentou consideravelmente. Enquanto a história registrar admiradores da Suécia, seu nome será saudoso e sinceramente lembrado, assim como retumbará muitas vezes no Panteão Escandinavo, onde, entre os de seus mais insígnis protetores, é objeto de especial veneração”.

Naquele poético lugar da Fazenda Jardim, próxima da localidade de Gimirim, isto é , já nas lides do atual município de Machado, no Estado de Minas Gerais, encontra-se ainda hoje uma cruz de bronze, cercada de agreste vegetação, em cuja base se lê: “Aqui jaz Lourenço Westin, nascido em Estocolmo a 22 de fevereiro de 1.787 e falecido nesta Fazenda a 1º de julho de 1.846. Foi o primeiro cônsul da Suécia e da Noruega no Brasil”.

Pelos inestimáveis serviços prestados a sua terra natal, o ínclito sueco dela recebeu, em vida, duas condecorações: a primeira uma medalha com a efigie de Gustavo III, rei da Suécia, tendo no anverso os dizeres: “Letitia iterum” ao redor da medalha, e no bordo inferior: “Ordinum Rex Educatione Pr. Haer. XXIX - Martii - MDCCLXXXIX. A segunda é uma comenda da “Ordem de Vasa”, ordem honorífica instituída em 1.772 por Gustavo III para recompensar o mérito pessoal.

O cônsul Lourenço Westin, mal aqui chegado, enamorou-se da terra brasileira, nela se integrando, de corpo e alma, não só no seu progresso e desenvolvimento, como também no seu campo político. E tantas belas coisas fez, que o seu nome se tornou padrão de duas pátrias amigas: a Suécia, onde ele nasceu, e o Brasil, onde viveu e com tanta galhardia amou e serviu, nele afinal morrendo, e em cujo seio paternal, sob a mística proteção do Cruzeiro do Sul, descansam em paz seus abençoados restos.

Foi um grande homem, possuidor de grande alma e altruístico coração, que soube sempre por sua fecunda vida, simultaneamente, a serviço de duas grandes nacionalidades: a Suécia e o Brasil; uma, àquela em que abriu os olhos à

luz, e a outra, aquela em que fechou, para sempre, esses mesmos olhos, ficando ambas as pátrias refletidas neles, como gratas imagens superpostas.

Glória, pois, à sua memória, nunca de mais nem assaz enaltecida, aqui ou no ultramar.-